

# A ética na política

O político deve agir de acordo com a ética da responsabilidade, levando sempre em consideração as consequências das decisões adoptadas



Óscar Afonso

A crise financeira e económica sem fim e sem precedentes, conjugada com a campanha eleitoral em curso, sugere-me alguma reflexão sobre a ética na política. Creio que todos concordarão que nenhuma profissão é mais nobre do que a política, porque nenhuma outra tem tanta influência sobre a vida das pessoas.

Supostamente, quem a exerce assume responsabilidades que exigem qualidades morais e competência, devendo o político tomar decisões estratégicas na vida das populações e ser guiado por acções prudentes e de coragem dirigidas ao respectivo entendimento de bem público. Nesse sentido, o político deve agir de acordo com a ética da responsabilidade, levando sempre em consideração as consequências das decisões adoptadas. No entanto, para alcançar maiorias são, por norma (e infelizmente), assumidos compromissos e promessas geralmente irrealistas.

A contradição entre o bem público desejado e as promessas irrealistas para conquista do poder faz com que grande número de políticos aja imoralmente, quer em termos macrogeográficos (na União Europeia ou no país, por exemplo), quer em termos microgeográficos (nos municípios, por exemplo). Na minha opinião, há três tipos de imoralidade: (i) imoralidade quanto aos meios utilizados, porque muitas vezes são definitivamente condenáveis; (ii) imoralidade quanto aos fins, porque falta ao político a noção de bem público, interessando apenas o poder, o enriquecimento ou ambos; (iii) imoralidade quanto aos meios e aos fins quando o político usa quaisquer meios para atingir os seus fins pessoais.

Olhando para os principais responsáveis pelo estado das contas públicas nacionais e municipais e, portanto, também pela actual crise, podemos até admitir que poucos foram imorais,

apenas em relação aos meios, utilizando meios condenáveis como a corrupção e o suborno. Na verdade, muitos traíram todos os seus compromissos e promessas e passaram a adoptar políticas económicas que condenavam. Não agiram, pois, de acordo com a ética da responsabilidade, mas de acordo com interesse pessoal.

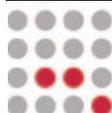
Em tempo de grave crise, os gastos na campanha eleitoral em curso não podem ser detalhe secundário ou algo de pouca importância. São, no mínimo, uma imoralidade quanto aos meios. Como pode certo nível de gastos não ferir a sensibilidade pública? Como pode aceitar-se que haja fome quando rios de dinheiro são gastos em propaganda eleitoral de promessas irrealistas, sendo o limite apenas a imaginação, o que remete também para a imoralidade quanto aos meios? E, havendo políticos imorais, não seria de esperar mais da Comissão Nacional de Eleições?

Embora acredite que este tipo de política (imoral) não dura para sempre nas democracias, gera, durante muito tempo, a descrença na política e nos políticos, afasta os melhores,

enfraquece o Estado e pode até colocar em causa a organização social democrática existente.

Neste contexto, para além da questão ideológica, tendo a valorizar cada vez mais projectos abraçados por cidadãos que, profissionalmente, têm provas dadas, livres, transparentes, que se regem por princípios e valores, que assumem atitudes não discriminatórias e que, cientes das respectivas capacidades, encaram o futuro com optimismo, acreditam na força, na entrega, no trabalho, no empenho e na determinação de todos para o bem comum. Gente dinâmica, irreverente, conhecedora das necessidades das populações, que não se conforma e se disponibiliza para dar a cara por projectos de mudança e de esperança, sem promessas, pressões e medo. O problema está na dificuldade existente em encontrar pessoas assim!

*Escreve à sexta-feira*



**OBEGEF**  
Observatório de Economia  
e Gestão de Fraude



A contradição entre o bem público e as promessas irrealistas



JOSÉ DIOGO  
MADEIRA

## By the way

O ministro Crato terminou com a obrigatoriedade de as escolas primárias oferecerem aulas de Inglês aos seus alunos. O ministro Crato anunciou que os alunos do 9.º ano irão realizar, a partir deste ano, provas nacionais do mesmo Inglês. Aumenta-se a dificuldade, mas diminui-se o ensino. Quem ganha? As escolas privadas de língua inglesa, que terão mais alunos preocupados com essa prova nacional. Quem perde? As famílias carenciadas, que não têm recursos para pagarem aulas privadas de Inglês aos seus filhos, mas cujas crianças são submetidas à mesma avaliação. O governo tem uma profunda preocupação com os portugueses: quer aumentar a estratificação entre eles, garantindo as elites, enquanto produz uma massa de remediados, sem acesso às mesmas oportunidades. Não é por acaso que Portugal se transforma num dos países do mundo – do mundo – com maiores desigualdades sociais. É fruto do árduo labor de uma pequena clique social e económica que quer manter o privilégio à conta do empobrecimento dos outros 95%. Tem a sorte de sermos um povo manso, distraído com temas laterais e incapaz de organização. Não sei se já repararam como os condomínios, em Portugal, não funcionam. Metade dos condóminos nunca aparecem, a outra metade ocupa-se com ninharias e o coitado que tenta fazer alguma coisa é ignorado por todos. Imaginem o que aconteceria se 10% dos portugueses decidissem fazer alguma coisa pelo nosso país. Aposto que a língua portuguesa seria reintroduzida muito rapidamente nas aulas das nossas crianças.

*Escreve à sexta-feira*